

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE
CAMPUS PELOTAS-VISCONDE DA GRAÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E
TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO – PPGCITED**



**DISCUTINDO A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO
RIO GRANDE DO SUL**

CARLA CASSAIS

**PELOTAS/ RS
2018**

CARLA CASSAIS

DISCUTINDO A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação do Instituto Federal Sul Rio Grandense – Campus Visconde da Graça (IFSul-CAVG), como requisito à obtenção do Título de Especialista em Ciências e Tecnologias na Educação.

Orientadora: Prof^a. Ma. Cláudia Rosana da Costa Caldeira

**PELOTAS/ RS
2018**

CARLA CASSAIS

DISCUTINDO A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação do Instituto Federal Sul-rio-grandense – Campus Visconde da Graça (IFSul-CAVG), como requisito à obtenção do Título de Especialista em Ciências e Tecnologias na Educação.

Aprovado em _____

Comissão Examinadora:

Prof. Me. Lupi Scheer dos Santos - Instituto Federal Sul-rio-grandense – Campus Pelotas

Prof. Me. Nelson Luiz Reyes Marques - Instituto Federal Sul-rio-grandense – Campus Pelotas-Visconde da Graça

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir a valorização dos profissionais da educação básica pública do nosso país, investigando como alguns professores veem sua situação profissional no que se refere a sua valorização, nos aspectos social e financeiro. Para isso foi realizada uma pesquisa qualitativa utilizando como instrumento avaliativo um questionário aberto com oito perguntas dirigido especificamente aos professores da rede pública estadual do Rio Grande do Sul que atuam nos níveis fundamental e médio de tal rede, em escolas na cidade de Pelotas. Tais professores enfrentam congelamento e parcelamento de salário. Também discutimos quais os fatores que determinam a valorização profissional, qual a melhor forma de buscá-la e por quais meios. Os autores utilizados como referência neste trabalho são Paulo Freire e Juçara Dutra Vieira. Ao analisarmos os resultados obtidos com os questionários concluímos que os pesquisados fazem distinção entre valorização e satisfação profissional citando que os principais fatores de desvalorização são os baixos salários e a falta de investimentos dos governos na área. Como alternativa para minimizar tal situação, citam que a busca por valorização deva ser coletiva, através das organizações representativas, das instituições, tais como das universidades e dos conselhos de educação de todos os níveis. Todos os pesquisados afirmam que apesar da desvalorização profissional no aspecto financeiro e social, no que tange a satisfação pessoal, tem apreço pelo que fazem e não possuem o desejo de abandonar a profissão.

Palavras chave: Valorização Profissional; Educação Básica; Educação Pública.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the valuation of public basic education social and financial aspects. For this, a qualitative research was carried out using as an evaluation instrument an open questionnaire with eight questions specifically addressed to the teachers of the public network of Rio Grande do Sul that work at the fundamental and medium levels of such a network in schools in the city of Pelotas. Such teachers face the freezing of wages and payments by instalments. We also discuss which factors determine the professional value, how best to seek it and by what means. The authors used as references in this work are Paulo Freire and Juçara Dutra Vieira. When analyzing the results obtained with the questionnaires we conclude that the respondents distinguish between valuation and professional satisfaction, citing that the main factors of devaluation are the low salaries and the lack of investments of the governments in the area. As an alternative to minimize such situation, they cite that the search for valorization must be collective, through representative organizations, institutions, such as universities and education councils of all levels. All respondents say that despite the professional devaluation in the financial and social aspect, as regards personal satisfaction, has appreciation for what they do and do not have the desire to leave the profession.

Keywords: Professional Valuation; Basic education; Public education

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REVISÃO HISTÓRICA	10
2.1. PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL.	14
3. MATERIAL E MÉTODOS	16
3.1. Local e objeto de pesquisa	16
3.2. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	18
4. CONCLUSÕES.....	21
5. REFERÊNCIAS.....	22

1. INTRODUÇÃO

Escolhi ser o que sou, me sinto privilegiada por ter tido as condições materiais para fazer essa escolha. Falo isso pensando na realidade de profunda desigualdade social de nosso país, onde a maioria das pessoas não tem as oportunidades que tive, de conseguir estudar, mesmo trabalhando, de fazer faculdade mais tarde, depois de ter dado a luz à minha filha. Mesmo com o aumento considerável, nos últimos anos, das vagas no ensino superior, tal acesso ainda é difícil.

A realidade de nosso povo é dura, o fruto de seu trabalho é suficiente apenas para suas necessidades básicas, o estudo como oportunidade que deve ser ofertada a todos pelos governantes ainda está distante no horizonte da maioria, como se fosse um privilégio que só os filhos dos mais abastados podem ter.

Encarando essa realidade como possível de ser mudada fiz minha escolha, trabalhar com e para a classe trabalhadora e seus filhos, sendo uma profissional da educação básica pública, na certeza de ali ter a oportunidade de fazer a diferença, de ajudar na compreensão do mundo, de empoderar os jovens para que tenham clareza de seus direitos e da justiça de lutar pelos mesmos.

E é movida pela convicção da importância do trabalho que se realiza na educação básica pública que tenho o desejo de discutir a valorização social e, por consequência, financeira, dos profissionais desta esfera.

Essa convicção ocorre também diante da minha militância como membro do sindicato dos professores do estado do Rio Grande do Sul (CPERS/SINDICATO), onde percebo que a organização da categoria pela valorização dos educadores contribui para que as políticas educacionais sejam tratadas com mais respeito por parte dos governos.

Historicamente, a maioria dos profissionais da educação em nosso país não são respeitados no que se refere a sua valorização profissional, sua luta remonta à época do Império.

No cenário atual, sabe-se que professoras e professores da rede pública estadual do Rio Grande do Sul tem seus salários defasados, como também as condições de trabalho não são as mais adequadas.

Os professores, buscando sua formação continuada, enfrentam um cotidiano intenso com o preparo de aulas e com o cuidado da família e de sua(s) escola(s). Ainda assim, na busca por especializar-se, participam, quando possível, de cursos e de encontros de formação.

Estas e outras questões do magistério estão presentes no universo da educação, um ambiente de promoção humana, de prática da cidadania, de crescimento no convívio social.

Entre os autores que pesquisam esta temática está André (2015) que discute a iniciativa de diversos órgãos gestores das políticas de educação, no âmbito dos Estados e municípios brasileiros, no sentido de valorização do trabalho docente. Foram coletados dados quando da visita a cinco secretarias estaduais e dez secretarias municipais de educação, onde foram realizadas entrevistas com os responsáveis pela implementação das políticas e obtidos documentos referentes às ações de apoio ao trabalho docente.

Foram identificados três tipos de iniciativas para valorizar os docentes: socialização de práticas exitosas, prêmios por desempenho e apoio à qualificação profissional. As análises indicaram que esses incentivos tendem a compensar o professor individualmente e que não há informações suficientes, de levantamentos ou de pesquisas, que possam atestar os efeitos dessas medidas na qualidade do ensino de sala de aula e na aprendizagem dos alunos.

Ainda segundo André (2015) o relatório “Professores são Importantes: atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes”, publicado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2006), o qual assinala que as políticas para professores devem assegurar que os docentes trabalhem em um ambiente que facilite seu sucesso. Analisando-se as taxas de evasão do magistério em diversos países, o relatório informa que estas tendem a ser mais altas nos primeiros anos de atividade profissional, declinando à medida que aumenta o tempo de profissão e voltando a crescer quando se aproxima a

idade da aposentadoria. O relatório também aponta que as taxas de vacância são maiores para alguns tipos de professores, como, por exemplos, os do sexo masculino e os das disciplinas de Matemática, Química e Física. Mas o aspecto mais perturbador, segundo o relatório, é que resultados de pesquisas realizadas nos Estados Unidos e no Reino Unido mostram que as taxas de vacância tendem a ser maiores entre os professores com conhecimentos acadêmicos relativamente consistentes e melhores qualificações.

Outro autor que discute valorização docente é Weber (2015). Ele retrata sentidos que foram se fixando nas políticas educacionais estabelecidas nos últimos 40 anos no contexto da luta em favor da democracia. Reconhece que a efetivação da valorização docente implica em um conjunto articulado de políticas de formação inicial, formação continuada e políticas de carreira, remuneração, condições de trabalho, de responsabilidade dos sistemas de ensino, que requerem simultaneidade de ação, para que possam produzir melhorias substantivas no sistema educacional do país.

Jacomini e Penna (2016), com o objetivo de discutir as condições de trabalho dos professores da educação básica no Brasil e seu desenvolvimento profissional, utilizaram dados da pesquisa “Remuneração de professores de escolas públicas de educação básica: configurações, impasses, impactos e perspectivas”, realizada em 12 estados brasileiros e suas capitais. Analisaram os planos de carreira, no que se refere: formação par o ingresso na profissão; jornada de trabalho; incentivos para a formação continuada; progressão na carreira. Verificaram a necessidade de avanços no ingresso por concurso público, no estabelecimento de uma jornada de tempo integral e na regulamentação de licenças que permitam a formação continuada rumo à configuração de uma carreira que contribua para a necessária valorização política e social da profissão. Apesar da importância dos professores para a promoção de uma educação de qualidade, vários problemas ainda precisam ser enfrentados, a fim de garantir condições efetivas de trabalho aos docentes. A análise dos planos de carreira nos diferentes estados e capitais brasileiros evidenciou descumprimento da legislação estabelecida, principalmente no aspecto remuneratório. Resta saber o quanto, de fato, existe de espaço, nas agendas neoliberais dos governos, para a valorização

do magistério, para além de políticas que, em direção contrária, visem ao controle e à intensificação de seu trabalho.

Neste contexto foi realizado este trabalho, visando mostrar, em parte, as condições de alguns profissionais da educação básica pública quanto à sua valorização profissional.

O tema trabalhado tem como objetivo principal diagnosticar qual é a percepção que os profissionais da educação básica pública têm, no que se refere a sua valorização. Para tal, questionou como estes educadores avaliam sua situação profissional e quais são os fatores importantes ou fundamentais para que se sintam valorizados. Também achamos importante saber como tais profissionais sentem-se em relação ao tratamento que os governos dão às questões da educação, em especial as financeiras. Outro questionamento refere-se a como buscam sua valorização e por fim, por que permanecem na profissão.

Os autores que inspiraram esse trabalho foram Paulo Freire e Juçara Dutra Vieira. A escolha destes autores se justifica por pertencerem a categoria, serem fortemente identificados com a luta, da qual fazem uma defesa clara, reconhecendo a importância dos movimentos ligados à educação na construção de políticas educacionais no país, não só pensando na valorização dos profissionais da área, mas também num sistema que ofereça educação pública de qualidade para nossos estudantes.

2. REVISÃO HISTÓRICA

A primeira lei sobre educação no Brasil foi promulgada em 1827 por Dom Pedro I. Nesta lei, no artigo 3º, já havia um conceito de valorização financeira ao fixar um valor a ser pago aos professores anualmente. Mas, devido à instabilidade do império, as relações do poder central com as províncias e com os municípios eram descontínuas, por isso, mesmo com a lei, os salários não foram unificados. Vemos então, que a luta por valorização profissional no sentido financeiro se faz presente há dois séculos.

Durante a república tivemos duas constituições e o reconhecimento da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que fala diretamente à iniciativa privada e, superficialmente, ao serviço público. Nesse período, em torno de 1945, os trabalhadores em educação começaram a se organizar em associações, já que a sindicalização era proibida para o serviço público, o que somente veio a ser possível com a constituição de 1988, relatado no artigo 37, inciso VI:

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

Inciso VI- é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

Com a organização dos trabalhadores no país, as pautas nacionais e internacionais começaram a coincidir, entre elas a valorização profissional dos educadores. Nessa época iniciou a luta que resultou na aprovação da Lei 11.738, de 2008, que criou o Piso Salarial Profissional Nacional.

É importante destacar que as pautas dos educadores nunca foram meramente corporativas. Em meio a luta pelo Piso e pela valorização profissional, tivemos a participação ativa dos trabalhadores em educação, através de suas organizações, em outros movimentos, entre eles: as Diretas Já, a luta pela democracia e o não a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Ao longo do tempo os educadores defrontaram-se com os desafios trazidos pelas mudanças ocorridas na sociedade e, conseqüentemente, na escola. Hoje os problemas escolares são basicamente problemas sociais, as tarefas da escola e dos professores só aumentam, muitas questões precisam ser enfrentadas e sentimos que nossa formação não é suficiente para superá-las. A busca por qualificação é muito difícil tendo em vista a alta carga horária de trabalho e a falta de incentivo por parte dos governos. Os professores têm a tarefa de ensinar o conteúdo da disciplina que lhe compete e, segundo Almeida (2004)

Ele precisa ser o facilitador da aprendizagem, organizador de atividades coletivas, orientador pedagógico, social e sexual, dar atenção a alunos especiais, organizar atividades extracurriculares, estabelecer contato com pais e comunidade, participar de reuniões, envolver-se com o projeto coletivo da escola, cuidar da autoformação, entre outros. (p.173)

Importante destacar que esse acúmulo de tarefas não foi acompanhado, no mesmo ritmo, na melhoria das condições de trabalho, de recursos materiais e de aumento da remuneração.

Uma das contradições que se apresenta refere-se ao trabalho realizado por esses professores e o que precisa ser realizado, pois enquanto a profissão exige readequação devido as mudanças ocorridas no mundo, especialmente na área das tecnologias, já que agora a escola não é mais a única fonte de conhecimento, teríamos que ter mais qualificação e conseqüentemente valorização, no entanto, a qualificação esbarra na falta de oportunidades já que não temos muitos cursos oferecidos gratuitamente e muitas vezes quando o são, o governo não libera os profissionais para a participação.

Enquanto o próprio papel da escola é discutido (inserir estudantes na sociedade? Preparar para o trabalho? Ter igualdade de condições na aprendizagem, entre outros), o acesso a informação coloca em xeque esse papel, pois se inicialmente a dificuldade era levar a informação até os alunos através da tecnologia, hoje observamos que, devido ao empobrecimento, muitos professores sequer possuem internet em casa, as vezes nem mesmo um computador.

Nesse contexto também precisamos enfrentar o discurso que culpabiliza os profissionais da educação, especialmente os professores, pelo fracasso escolar. Muitas vezes vendo no educador um mero reproduzidor de técnicas aprendidas na sua formação, como se isso fosse suficiente, não levando em consideração a complexidade do trabalho desenvolvido em sala de aula, o contexto social, não só dos alunos, mas também dos docentes, categoria que devido justamente a políticas que reproduzem esse discurso se vê proletarizada, sem condições de desenvolver um papel diferente, com mais relevância social.

Discordamos totalmente dessa visão, denominada racionalidade técnica, na qual o professor é visto como um técnico, um especialista que rigorosamente põe em prática as regras científicas e/ou pedagógicas (Diniz-Pereira,2014). Defendemos que nesse sentido, os educadores podem e devem contribuir na elaboração de políticas educacionais que avancem para isso, e não ser meros reproduzidores de técnicas, em que pese que essas sejam resultados de pesquisas acadêmicas.

Importante destacar que vivemos um momento político em nosso país que se utiliza desse discurso para tentar reintroduzir leis obscurantistas na educação, caso dos projetos de lei “ Escola sem Partido”, que preferimos chamar escola com mordaza, pois pretende justamente amordaçar os professores, torná-los meros reprodutores de conteúdos e jamais promover discussões que fujam dessa linha e que promovam criticidade no pensar dos estudantes.

Um contraponto interessante a esse discurso, de racionalidade técnica, é apresentado em um artigo dos autores Cavalcanti, Nascimento e Ostermann (2018), intitulado “A falácia da culpabilização do professor pelo fracasso escolar”, onde os autores afirmam:

Na perspectiva da racionalidade crítica a educação é vista como um processo que ocorre em um cenário sócio histórico, com potencial transformador. Nessa perspectiva, quando o professor propõe um problema ele é capaz de debater criticamente esse problema com seus alunos, promovendo ações que viabilizam transformações nas práticas sociais em contextos em torno da escola (amplos ou mais restritos) (CAVALCANTI, NASCIMENTO e OSTERMANN, 2018, p. 1066).

Os mesmos autores salientam ainda que

[...] a visão de mundo fundamentada na racionalidade técnica, ao ser transposta para o contexto da formação docente, reduz esse processo ao aprendizado de metodologias, técnicas e conteúdos que o professor deve dominar. Reduzir a profissão docente apenas a isso é por si uma desvalorização dessa atividade, vital para qualquer país. E com o que foi exposto aqui, é possível concluir que atribuir as causas do mau desempenho dos estudantes em avaliações de larga escala apenas aos problemas de formação docente é um argumento falacioso e injusto (CAVALCANTI, NASCIMENTO e OSTERMANN, 2018, p. 1081).

Especificamente na educação, reivindicamos educação pública e de qualidade para todos, destacando a valorização profissional, a gestão democrática e o financiamento público.

Acreditamos ser difícil, senão impossível, falar em valorização sem relacionar com o incentivo financeiro, no caso através do Piso Salarial Profissional Nacional, pois ter um piso nacional é um caminho para valorização profissional e para a qualidade universal na educação básica em todo país. Assim apresentamos a seção a seguir.

2.1. PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL.

No que se refere ao Piso, ele minimiza os problemas relativos à questão financeira, melhora as condições de trabalho no que diz respeito a carga horária, ao período reservado ao estudo, ao planejamento e à avaliação. Neste sentido, pode-se dizer que o Piso é o reconhecimento da profissão.

Sobre o valor do Piso é que estão todas as questões que os movimentos da área da educação disputam e onde emperram muitas negociações. Concordamos com Vieira (2010) quando afirma que "Então o valor deve corresponder às necessidades que um profissional tem para realizar seu trabalho, não no último ano da carreira, mas a partir do momento em que ingressa na profissão" (p. 35).

A inclusão no capítulo III da constituição de 1988 do princípio de "Valorização dos Profissionais do Ensino" durante a constituinte, num momento em que se trouxe para o centro das discussões várias questões educacionais, como Financiamento, Gestão Democrática, entre outros, foi uma importante vitória dos movimentos ligados à educação.

No entanto, apesar de todas as contribuições da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), acreditamos que o artigo 67 ao garantir que: "Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público", assim redigido esse artigo se tornou um problema, pois cada ente federado pode pagar valores diversos, desqualificando assim o conceito de Piso. Isso acontece devido ao sistema de educação ser descentralizado e as realidades dos entes federados serem diferentes. Tais fatos fazem com que não se possa falar em Piso sem levar em conta o financiamento.

Em que pese ainda resistir a vinculação dos recursos para a educação pelo Artigo 212 da Constituição Federal, que possui a seguinte redação:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A Constituição não resolve as questões regionais, como as desigualdades econômicas entre estados e entre municípios, por isso os fundos exercem função

equalizadora, é o caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Pensando em todo o processo em busca de conquistas, o qual acontece em meio a luta de classes inseridas no sistema capitalista, concordamos com as palavras de Viera:

Educação custa caro. Educação tem objetivos de curto prazo, mas, principalmente de longo prazo. Educação é um processo, não o resultado de algumas operações. Educação depende de políticas. Educação envolve sujeitos. Ter uma visão ampla e crítica a respeito de toda essa contextualização é imprescindível para a defesa da valorização dos profissionais da educação. (VIEIRA, 2010, p. 88-89).

Durante esse tempo todo em que estivemos em luta pela valorização, principalmente em busca do Piso, procuramos promover um debate em que a sociedade pudesse entender que a qualidade da educação pública está diretamente relacionada com a valorização dos profissionais que nela atuam.

Foi, e continua sendo, importante desmistificar o lecionar como um “sacerdócio”, destacar a profissionalização é fundamental, não somos “tias” ou “tios”, somos educadores, profissionais, cômicos de nosso valor para a formação de cidadãos que possam contribuir para o crescimento do país e a construção de uma sociedade justa.

Vencemos muitas batalhas, temos uma lei, porém, muitos estados e municípios não a cumprem. Permanecemos em luta através das instituições que nos representam, como os sindicatos, as confederações e centrais sindicais.

Inspirados em Freire seguimos em frente, pois como ele diz:

Se há algo que os educadores brasileiros precisam saber, desde a mais tenra idade, é que a luta em favor do respeito aos educadores e a educação inclui que a briga por salários menos imorais é um dever irrecusável e não só um direito deles. A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da prática docente, mas algo que dela faz parte. O combate em favor da dignidade da prática docente é tão parte dela mesma quanto dela faz parte o respeito que o professor deve ter à identidade do educando, a sua pessoa, o seu direito de ser (FREIRE, 1996, p. 67).

Um professor de educação básica pública não pode jamais furtar-se de lutar por sua valorização profissional, por condições dignas de trabalho, por um sistema que ofereça educação de qualidade para os estudantes, pois, para além da questão

de sua valorização profissional, temos que considerar que, perante aqueles que devem aprender através de sua prática, o professor que luta por seus direitos ensina ao seu aluno a importância de valorizar-se, de exigir respeito pela sua profissão, assim, concordamos com Freire (1996) quando cita que: “Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível”

Ao não se acomodar, o professor ensina que a história não está dada, que como sujeitos dela podemos lutar para mudá-la para melhor. Salientamos o que diz Freire (1996, p. 85, 86): “Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente.”

O professor que luta ensina democracia, empodera seus alunos para enfrentar um mundo em que a desigualdade social é ainda muito cruel. Acreditamos que a compreensão de qual lugar ocupamos nesse mundo é fundamental para que possamos nos posicionar frente a luta de classe que continua acontecendo através do tempo. Assim citamos Freire que relata:

“Uma das questões centrais com que temos que lidar é a promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo. A rebeldia é o ponto de partida indispensável, é deflagração de justa ira, mas não é o suficiente, a rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora.” (FREIRE 1996, p. 88).

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Local e objeto de pesquisa

A pesquisa deste trabalho foi realizada com cinco professores da rede pública estadual do Rio grande do Sul, atuantes nos níveis fundamental e médio, pertencentes a uma faixa etária entre vinte e cinco e quarenta anos, todos concursados, sendo três homens e duas mulheres.

Três dos cinco entrevistados possuem forte atuação no movimento sindical e dois que acompanham as lutas, realizam as atividades e mobilizações propostas, porém não atuam mais diretamente na gestão sindical.

Essa escolha foi motivada justamente para analisar se atuação mais direta na luta da categoria tem uma influência na percepção que esses profissionais têm quanto sua valorização.

Todos foram contatados diretamente e aceitaram de pronto participar da pesquisa. Os professores entrevistados trabalham em escolas de diferentes bairros abrangendo a maioria das regiões da cidade e responderam com brevidade e de forma completa as oito perguntas da pesquisa.

Como o objetivo do trabalho é investigar como os professores analisam sua valorização enquanto profissionais, a escolha foi por uma pesquisa qualitativa baseada nas ideias de Bourdieu (1973), que diz:

Todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe são produtos de condições objetivas idênticas. Daí a possibilidade de se exercer na análise da prática social, o efeito de universalização e de particularização, na medida em que eles se homogeneízam, distinguindo-se dos outros (p.180).

Os entrevistados estão inseridos na realidade vivida pelo magistério em nosso estado e país, onde se tem uma lei estabelecendo um Piso Salarial, que foi aprovada depois de muita luta e que no entanto não é respeitada pela maioria dos municípios e estados, incluindo o Rio Grande do Sul, estado governado uma vez mais por um partido que tem um histórico de desrespeito com a educação pública, que parcelou salários durante os quatro anos de seu governo, parcela o décimo terceiro salário (através de empréstimo bancário pessoal) e não faz sequer a reposição inflacionária no valor do salário recebido pelos profissionais. Tal fato foi divulgado na imprensa, conforme relato a seguir:

Novembro é o 35º mês de pagamentos atrasados na gestão de José Ivo Sartori. Em 2015, foram dois meses com salários parcelados; em 2016, 11 meses (de fevereiro a dezembro); e, em 2017, houve atrasos em todos os meses, o que se repete desde janeiro deste ano (GAÚCHAZH,2018).

Nesse sentido é importante destacar que a pesquisa dialoga com a percepção do que é vivido por esse grupo de professores.

“O observador pode ter uma percepção da coisa que é um predicado contingente e relativo do objeto: a essência da coisa captada é compreendida através das aparências, numa percepção de modo incompleto, esboçada (GRANGER, 1967,107).

Acreditamos que esse tipo de pesquisa tem sua relevância pois pretende facilitar a compreensão dos valores culturais de determinados grupos e as relações entre esses grupos nas instituições e movimentos que atuam.

Parga Nina, ao comentar as contribuições de Granger nos diz:

“É assim meridianamente claro que a utilização de métodos e técnicas não-quantitativas em uma pesquisa não é questão de escolha de alternativa ou de preferência pessoal: são procedimentos simplesmente necessários! [...] a necessidade de usar métodos e técnicas não-quantitativas é consequência da realidade social e de reconhecer a “dualidade do qualitativo” (PARGA NINA, 1983, p.82,83)

3.2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao elaborarmos o questionário avaliativo, buscou-se criar questões simples, e relativamente curtas, de modo que os docentes pudessem respondê-lo sem muito comprometer a disponibilidade de tempo de cada entrevistado.

O primeiro questionamento foi: “Tu te sentes valorizado enquanto profissional da educação básica pública?” Todos os entrevistados responderam que não se sentem valorizados enquanto profissional. Mas podemos observar que este sentimento de desvalorização está relacionado com a questão salarial, pois alguns entrevistados consideram que desenvolvem um trabalho social extremamente importante e isto gera uma satisfação pessoal. Confirmamos tal afirmação na fala do entrevistado E:

“A questão da valorização profissional passa por muitos aspectos, desde o retorno dos educandos à questão das condições de trabalho e da questão salarial. Tenho um feedback muito legal com os educandos mas as condições de trabalho e a questão salarial em especial na escola pública são desestimulantes.”

Para aprofundar o questionamento anterior foi perguntado o seguinte: “Na tua compreensão, o que significa ser valorizado?”. Assim percebemos que a valorização salarial no sentido da equiparação com outras carreiras de nível superior é unanimidade nas respostas dos entrevistados, porém outras questões como possibilidade de aperfeiçoamento através de formação continuada, de cursos, especializações, condições de trabalho adequadas, reconhecimento social são também bastante citadas, conforme a fala do entrevistado A:

“Receber um salário dentro do padrão das carreiras de Ensino Superior, o que em geral não ocorre. Ter o reconhecimento de ser o especialista na área de atuação – que é a disciplina de formação e atuação. Ter a

possibilidade de continuar o aperfeiçoamento na área de conhecimento e, ter uma carreira que permita uma ascensão conforme o tempo de docência e de estudos transcorre.”

O principal fator apontado nas respostas dos entrevistados sobre o que determina a desvalorização dos profissionais da educação básica é o baixo salário, que segundo eles é uma consequência da falta de investimento dos governantes na educação pública, área prioritária somente nos planos de governo, como podemos constatar na fala do entrevistado A:

“Se pensarmos em valorização remuneratória, me parece que a desvalorização ocorre em função de diversos fatores. Em primeiro lugar é preciso lembrar que a maioria dos professores são servidores públicos das redes municipais e estaduais. Então os governantes, via de regra, têm um volume grande de professores para pagar enquanto outras categorias têm um número bem menor de profissionais. Exemplo, na prefeitura de Pelotas em torno da metade dos servidores municipais são professores. Então é mais fácil pagar um salário maior pra 20 advogados (que são os procuradores municipais) do que pagar salários maiores para 3000 professores. O mesmo se aplica à rede estadual, onde ainda, tem a categoria da Brigada Militar que também é grande e recebe um salário baixo. Então a desvalorização financeira diz respeito a um problema de economia e, também de escolha dos governantes em aplicar os recursos públicos em outras áreas da administração.”

A seguir foi perguntado porque os profissionais da educação básica pública não são valorizados se em todos os programas de partidos e governos, a educação é prioridade. Como resposta, de todos os entrevistados, observamos que o problema da não valorização dos profissionais da educação básica pública se deve ao fato da educação pública não ser prioridade de verdade na maioria dos governos conforme constatamos na fala do entrevistado A:

“A desvalorização financeira tem relação com o problema da economia e, também da escolha dos governantes em aplicar os recursos públicos em outras áreas da administração. O conhecimento não é um bem mensurável e que retorne em benefício eleitoral dos governantes, o que dificulta a posição da educação ao concorrer com outras áreas que geram mais dividendos eleitorais, como: habitação, obras públicas, saúde, segurança, por exemplo.”

Ao ser perguntado como, individualmente, os professores buscam ser valorizado enquanto profissional, a maioria dos entrevistados coloca a busca pela valorização como uma necessidade coletiva, mas também citam a necessidade de aperfeiçoamento pessoal, como nos mostra a resposta do entrevistado B:

“Individualmente, acho difícil. Acredito que essa luta é e deve ser coletiva. E acredito que a formação continuada e política faça parte dessa caminhada.”

Quanto a importância das organizações sindicais na luta pela valorização dos profissionais da educação básica pública as respostas foram unânimes e afirmaram que as organizações sindicais são fundamentais na conquista e manutenção de direitos dos trabalhadores em educação pública, apesar de alguns problemas, como observa o entrevistado E:

“As organizações sindicais são fundamentais, são os contrapesos no pêndulo disto tudo, são a ferramenta de luta dos trabalhadores da educação. Embora entenda que seja preciso uma ressalva um dado na verdade, uma constatação. Vivemos uma crise do sindicalismo no Brasil. Uma crise de capilaridade, essas ferramentas tão necessárias cada vez mais agem, falam para si mesmas. É preciso, ou seria preciso descobrir uma forma de voltar a falar para todos. Reestabelecer o diálogo com todos os trabalhadores, voltar a ter uma linguagem próxima das categorias. Acho que passa por aí também um dos gargalos da valorização do profissional da educação.”

Sobre que outras organizações, instituições, seriam importantes para a valorização dos profissionais da educação básica pública, as Universidades apareceram na maioria das respostas, e também outras instituições, como nos mostra a fala do entrevistado A:

“Conselhos de Educação (municipais, estaduais e nacional); Grêmios estudantis, Diretórios e Centros de Estudantes; Centrais sindicais (como CUT e CNTE); Comissões de Educação nos Parlamentos; Ministério Público.”

O último questionamento feito aos entrevista foi: “Apesar da desvalorização, o que te mantém atuando na educação básica pública? “Obtivemos como resposta que nenhum dos entrevistados pensa em abandonar a educação pública, posição justificada na importância social do trabalho que desempenham e que lhes dá satisfação pessoal, isso fica expresso na resposta do entrevistado E:

“Retomo aqui a questão da distinção entre desvalorização e ou valorização profissional e da satisfação profissional. Atuo nas duas redes na rede pública e na rede privada, embora os ataques e a desvalorização na educação básica pública tenham atingido talvez níveis sem precedentes, é lá no chão da escola, na interação com essa rapaziada que é a esperança de um futuro melhor que me sinto satisfeito. Satisfeito como o papel que venho me dispondo a cumprir neste processo truncado, de lutas e resistências e de construção de possibilidades de caminhos.”

Na seção a seguir apresentaremos as nossas conclusões após a análise das respostas dos entrevistados.

4. CONCLUSÕES

Através das análises realizadas neste estudo, foi possível concluir que os pesquisados fazem uma clara distinção entre valorização e satisfação profissional e pessoal. Na primeira é unânime o fato de que não se sentem valorizados, já a satisfação com a profissão escolhida leva em consideração vários fatores, como escolha profissional, a contribuição social que um professor pode dar na construção de uma sociedade justa, compromisso com a educação pública, entre outros. Tal fato vai ao encontro do que **Freire (1996) relata:**

Desrespeitado como gente no desprezo a que é relegada a prática pedagógica não tenho porque desamála e aos educandos. Não tenho porque exercê-la mal. A minha resposta á ofensa é a luta política consciente, crítica e organizada contra os ofensores (p.75).

Os principais fatores de desvalorização citados são os baixos salários, a falta de investimentos dos governos na área. A maioria entende que a busca por valorização deve ser coletiva, através das organizações representativas, das instituições, como as universidades, dos conselhos de educação de todos os níveis.

Todos os pesquisados afirmam que apesar da desvalorização profissional no aspecto financeiro e social, no que tange a satisfação pessoal, tem apreço pelo que fazem e não possuem o desejo de abandonar a profissão.

Em concordância com tais conclusões está a análise do relatório da OCDE, no qual André (2015), ressalta os fatores que causam satisfação e insatisfação no trabalho docente, e assinala que embora salários atraentes sejam claramente importantes para melhorar o apelo da docência, as políticas devem abordar outros aspectos além da remuneração. Entre esses outros aspectos, destacam-se as relações interpessoais, o apoio da equipe gestora, as condições de trabalho e o desenvolvimento profissional. Os dados analisados indicam que os professores atribuem grande importância à qualidade do relacionamento com estudantes e colegas; querem sentir-se valorizados e apoiados pelas lideranças escolares, e almejam ter boas condições de trabalho e oportunidades para desenvolver suas habilidades.

Como explicar esse paradoxo? Esperança na transformação de nossa realidade profissional? Pensamos que sim, seria desrespeitoso colocar os

profissionais da educação como sonhadores, preferimos afirmar que a maioria de nós cremos na mudança de nossa realidade através de nossa atuação política profissional e concordamos com Freire (1996) quando afirma que:

Refletir, avaliar, programar, investigar, transformar são especificidades dos seres humanos no e com o mundo. A vida torna-se existência e o suporte, mundo, quando a consciência do mundo, que implica a consciência de mim, ao emergir já se acha em relação dialética com o mundo (p.81).

A luta por educação pública, de qualidade, para todos e aliada a valorização profissional é secular, como vimos neste trabalho. Durante o tempo conseguimos algumas conquistas, isso nos faz pensar que ela, a luta, é nossa única possibilidade de mudança, sendo necessário fazê-la em todos os campos possíveis, mas, com a clareza que as mudanças se darão especificamente no campo político. O exemplo disso é a lei que seria capaz de dar conta senão totalmente, quase totalmente da valorização profissional dos trabalhadores em educação, mas que mesmo depois de anos de assinada ainda não é cumprida pela maioria dos governantes.

Diante de tais análises, acreditamos que a valorização social aliada à financeira dos educadores se dará quando a educação pública for de fato prioridade, sendo tratada com política “de estado” e não “de governos”, que são transitórios. Os educadores precisam ter espaços de discussão na elaboração das políticas educacionais, assumindo o espaço que é fundamental que estejam para o desenvolvimento social do nosso país. Concordamos com Vieira (2010) quando diz que: “O Piso Salarial, combinado com políticas de formação e com carreiras voltadas para a promoção do serviço público, é uma urgência da educação básica brasileira”.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. I. **O trabalho dos educadores**. In Aida Maria Monteiro Silva e Márcia Ângela da Silva Aguiar. Retrato da Escola. 2004.

ANDRÉ, Marli. Políticas de valorização do trabalho docente no Brasil: algumas questões. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 86, p. 213-230, jan./mar. 2015

BOURDIEU, P. **Squisse d'une Théorie de la Pratique**. Paris: Librairie Droz, 1973, p.180.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.442, de 01.mai.1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452compilado.htm.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**, sancionando Ato do Poder Legislativo. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827 -Primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996^a**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [publicado no DOU de 23 de dez.1996]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art.60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: <<http://planalto.gov.br/legislacao>>.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007^a**. Regulamenta o Fundeb, de que trata o art.60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a lei nº 10.195, de 2001; revoga dispositivos das leis nº9.424, de 1996,10.880, de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislação>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal,1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislação>

CAVALCANTI, C. J. H., NASCIMENTO, M. M. e OSTERMANN, F. **A falácia da culpabilização do professor pelo fracasso escolar**. Revista Thema, v.3, 2018.

DINIZ-PEREIRA, J. E. **Da racionalidade técnica à racionalidade crítica: formação docente e transformação social**. Perspectiva em Diálogo: Revista Educação e Sociedade, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, São Paulo: Paz e Terra,1996.

GAÚCHAZH POLÍTICA. **Governo do RS só deve pagar salários de novembro a partir de 12 de dezembro de 2018**. Disponível em:<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/12/governo-do-rs-so->

deve-pagar-salarios-de-novembro-a-partir-de-12-de-dezembro
cjp6tcb8z0i4p01rxyhf5utl2.html

GRANGER, Gilles - Gaston, *Pensée Formelle et Sciences de L'Homme*, Aubier Montaigne, Paris, 1967, p. 107.

JACOMINI, Márcia Aparecida e PENNA Marieta Gouvêa de Oliveira. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. *Pro•Posições*, V. 27, N. 2 (80) | maio/ago. 2016

PARGA NINA, L., **Estudo das informações não estruturadas do ENDEF e sua integração com dados quantificados**. LUIZ PARGA NINA Coordenador do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) 1983, p. 82,83

VIEIRA, Juçara, M. D. **Dois séculos de atraso** - 2.ed. rev.- Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, LGE, 2010.

WEBER, Silke. O Plano Nacional de Educação e a valorização docente: confluência do debate nacional. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 35, n. 97, p. 495-515, set.-dez., 2015.

APÊNDICE



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

DATA DO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO __/__/__

SEXO: MASC.() FEM.() IDADE :__

NÍVEL DE ATUAÇÃO: FUNDAMENTAL () MÉDIO () AMBOS()

QUANTO TEMPO TRABALHA NA EDUCAÇÃO BÁSICA? _____

QUESTÕES:

01) Tu te sentes valorizado enquanto profissional da educação básica pública?

02) Na tua compreensão, o que significa ser valorizado?

03) Que fatores são determinantes para a desvalorização dos profissionais da educação básica pública na atual estrutura da educação no país?

04) Porque os profissionais da educação básica pública não são valorizados se em todos os programas de partidos e governos, a educação é prioridade?

05) Individualmente como buscar ser valorizado enquanto profissional?

06) Na tua opinião, qual a importância das organizações sindicais na luta pela valorização dos profissionais da educação básica pública?

07) Que outras organizações, instituições, são importantes para a valorização dos profissionais da educação básica pública?

08) Apesar da desvalorização, o que te mantém atuando na educação básica pública?

